

**CURADORIA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA**  
**Inquérito Civil n. 06.2018.00000117-0**

**Ementa:** Termo de Ajustamento de Conduta busca regularizar as contratações de servidores temporários no **MUNICÍPIO DE XANXERÊ**, tendo em vista a constatação de contratações irregulares.

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0002/2022/02PJ/XXÊ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê/SC, situada no Edifício Classic Center – Rua Fidêncio de Souza Mello, n. 169, centro, Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Marcos Augusto Brandalise, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e O **MUNICÍPIO DE XANXERÊ**, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **OSCAR MARTARELLO**, acompanhado do Procurador-Geral do Município, **FERNANDO DAL ZOT**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, consoante o disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, arts. 25 à 36 do Ato n. 395/2018/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

**CONSIDERANDO** que o Conselho Nacional do Ministério Público recomenda que *"sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade."* (§ 2º do artigo 1º da Recomendação n. 54/2017 - grifo nosso).

**CONSIDERANDO**, também, que o Conselho Nacional do Ministério Público estabeleceu como diretriz de avaliação da resolutividade dos membros do Ministério Público a adoção de posturas que tragam ganhos de efetividade na atuação Institucional, priorizando a utilização de mecanismos de extrajudiciais de resolução consensual de conflitos e controvérsias, especialmente a negociação e as convenções processuais (vide Recomendação n. 02/2018);

**CONSIDERANDO** que o mencionado Órgão de controle definiu que *"entende-se por atuação resolutiva aquela por meio da qual o membro, no âmbito de suas atribuições, contribui decisivamente para prevenir ou solucionar, de modo efetivo, o conflito, problema ou a controvérsia envolvendo a concretização de direitos ou interesses para cuja defesa e proteção é legitimado o Ministério Público, bem como para prevenir, inibir ou reparar adequadamente a lesão ou ameaça a esses direitos ou interesses e efetivar as sanções aplicadas judicialmente em face dos correspondentes ilícitos, assegurando-lhes a máxima efetividade possível por meio do uso regular dos instrumentos jurídicos que lhe são disponibilizados para a resolução extrajudicial ou judicial dessas situações."* (§ 1º do artigo 1º da Recomendação n. 54/2017 – grifo nosso);

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal, no artigo 37, inciso IX, prevê a possibilidade de contratação temporária de pessoal pela Administração Pública, ao dispor que *"a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público"*;

**CONSIDERANDO** que a jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica no sentido de que "a regra é o concurso público, e as duas exceções são

para os cargos em comissão referidos e as contratações de pessoal, mas estas estão subordinadas simultaneamente às seguintes condições: a) deve existir previsão em lei dos casos possíveis; b) devem ter tempo determinado; c) deve atender necessidade temporária; d) a necessidade temporária deve ser de interesse público; e e) o interesse público deve ser excepcional”;

**CONSIDERANDO** que o artigo 37 da Constituição Federal, estabelece, em seu inciso II, que a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público, reservando, nos incisos IX e XXI, a possibilidade de contratação de servidores temporários e terceirizados para casos específicos e extraordinários;

**CONSIDERANDO**, por derradeiro, o que restou apurado no INQUÉRITO CIVIL nº 06.2018.00000117-0 cujos documentos e informações coligidas demonstram irregularidades na contratação de servidores temporários no Município de Xanxerê/SC;

**CONSIDERANDO** o teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e do art. 97 da Lei Complementar Estadual 738/2019, os quais facultam ao representante do Ministério Público a possibilidade de lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo;

**CONSIDERANDO** a existência da **Lei Ordinária nº 3.402 de 2011**, do Município de Xanxerê, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

**CONSIDERANDO** que, ao menos, desde 2017 o Município de Xanxerê vem fazendo contratações sob o pretexto de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, que, em verdade, está sendo feita de forma ilegal;

**CONSIDERANDO** que, **em que pese esteja em andamento concurso público no Município de Xanxerê, tal procedimento, não significa, por si só, a cessação da conduta irregular, sendo oportuna a assinatura deste Termo de Compromisso, a fim de coibir a continuação ou novas contratações temporárias irregulares por parte do ente público municipal;**

## RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), art. 93 da Lei Complementar Estadual 738/2019 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina), arts. 25 à 36 do Ato n. 395/2018/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23 do Conselho Nacional de Justiça – CNMP, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

### TÍTULO I - DO OBJETO

**CLÁUSULA 1ª** - Este TERMO tem como objeto solucionar os casos de contratação irregular de servidores públicos em caráter temporário, uma vez que o Município de Xanxerê utiliza-se desse recurso, reiteradamente e fora dos casos permitidos, evidenciando problemas na gestão pública, fato que se repete anualmente. Entende-se ilegal qualquer admissão que, sob a justificativa da “contratação temporária”, não preencha os requisitos obrigatórios da excepcionalidade e por tempo determinado.

### TÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES

#### Capítulo I

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**CLÁUSULA 2ª** - O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a providenciar o desligamento de todas as pessoas contratadas sem concurso público, que não preencham os requisitos de excepcionalidade e cujas contratações ultrapassem os prazos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Ordinária n. 3.402 de 2011**, do Município de Xanxerê, no prazo de 30 (trinta) dias, **contados da data de homologação do concurso público em andamento (Edital n. 26/2021)**, ressalvados os casos de contratação para ocupação de cargos cujos servidores estejam afastados em decorrência de alguma licença e os cargos comissionados,

declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

**CLÁUSULA 3ª - O COMPROMISSÁRIO** se compromete a abster-se de, por qualquer forma, proceder a nomeação ou admissão de pessoas, para o exercício de cargo ou emprego previsto no quadro permanente da Administração Pública Municipal – Poder Executivo e Legislativo, sem a prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração (artigo 37, inciso II, da CF), bem como quando haja necessidade de nomeação ou contratação para instalação ou funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, caso em que a municipalidade compromissária deverá efetuar a indispensável justificativa desta situação no respectivo decreto, e o caráter temporário da admissão, que deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou provas e títulos, observada a devida publicidade, e respeitados, em qualquer caso, os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência, **que não poderão exceder os prazos previstos no artigo 3º da Lei Ordinária n. 3.402 de 2011, do Município de Xanxerê** e deverão ser efetuadas somente em número necessário ao funcionamento do serviço no referido período, conforme justificativa;

### Capítulo III

#### **DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO COMPROMISSÁRIO**

**CLÁUSULA 4ª - O COMPROMISSÁRIO** compromete-se a comprovar, perante a Promotoria de Justiça, o cumprimento da obrigação firmada na cláusula segunda, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentar imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o não cumprimento do acordo.

### TÍTULO III – DAS CLÁUSULAS PENAIIS

**CLÁUSULA 5ª** - Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de quaisquer das obrigações assumidas neste TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa, cujo valor será revertido integralmente ao Fundo para a Reconstituição de

Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, bem como de execução específica das obrigações assumidas, respeitadas as seguintes disposições:

- I – Pelo **descumprimento** das **cláusulas 2ª e 3ª** do presente TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), reajustado pelo INPC;
- II – Pelo **atraso** do prazo estipulado na **cláusula 2ª**, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por dia de atraso, com limite de 90 (noventa) dias (termo final);

**Parágrafo Único** - A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

**CLÁUSULA 6ª** - Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, ou a continuidade da conduta irregular, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada quanto da obrigação de fazer estipulada.

**CLÁUSULA 7ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 8ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

#### **TÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 9ª** - O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente TERMO contra o **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

**CLÁUSULA 10** - As partes elegem o foro da Comarca de Xanxerê/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TERMO.

Por estarem compromissados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, composto por 7 (sete) laudas, em 3 (três) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, art. 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil e art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, submetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe os art. 48, II, e art. 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Xanxerê, 22 de março de 2022.

MARCOS AUGUSTO BRANDALISE

Promotor de Justiça

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Compromissário

FERNANDO DAL ZOT

Procurador-Geral do Município de Xanxerê

NATALIA LUCION

Assistente de Promotoria

Testemunha

CAMILA ALVES CANUTO

Assistente de Promotoria

Testemunha